

3. TRANSFORMAÇÕES DO LIVRO E DA LEITURA

3.1 DA TRADIÇÃO ORAL À ESCRITA

Voltemos, então, à epígrafe de Jorge Luis Borges. Trata-se do primeiro parágrafo de seu ensaio *O Livro*, uma ode de amor a este objeto que tanto lhe era caro. No final de sua vida, já cego, Borges escreve justamente sobre a importância do livro como objeto inventado que transcende a utilização dos sentidos usuais ao homem, colocando-o no reino da memória, da construção do imaginário, da capacidade do homem de criar, inventar e sonhar. Borges nos remete, assim, aos primórdios do "contar histórias", antes da invenção do livro como portador destas histórias.

Contar histórias era a forma dos antigos de difundir conhecimento e perpetuar a memória. Na antiguidade, muito antes do surgimento dos livros, a palavra oral era o instrumento usado pelo homem para transmitir idéias e registrar a vida. É curiosa a relação de alguns mestres da antiguidade em relação à documentação por escrito do conhecimento. Apesar de a escrita já existir, Pitágoras (500 A.C.), por exemplo, utilizava-se apenas da palavra oral em seu ensino de filosofia. Julgava que seus ensinamentos deveriam ser perpetuados após a sua morte através da memória de seus discípulos – uma espécie de transmigração e eternização do pensamento. Somente cerca de duzentos anos após a morte de Pitágoras suas teorias e estudos no campo da matemática encontram forma nos escritos de Euclides (circa 330-260 A.C.), matemático grego de Alexandria, o que permite que os primórdios das descobertas sobre geometria e matemática tenham se tornado acessíveis ao homem moderno e sejam estudados até hoje em escolas de todo o mundo.

O homem sempre teve necessidade de perpetuar seu conhecimento e o ato de disseminar informações para gerações seguintes esteve, durante longos séculos, restrito a um vínculo entre discurso e memória.

Sócrates viveu em uma época em que o texto escrito ainda não era de uso comum. Talvez por isso, acreditava que a escrita era apenas uma forma morta pois a palavra, da mesma maneira que a pintura em um quadro, não responde ao que lhe perguntamos, como conta o escritor Alberto Manguel em seu livro *Uma História da Leitura*:

Era por meio da conversa que as pessoas aprendiam e passavam adiante conhecimentos, e Sócrates pertence a uma linhagem de mestres orais que inclui Moisés, Buda e Jesus Cristo, o qual uma única vez, dizem-nos, escreveu algumas palavras na areia apagando-as em seguida. Para Sócrates, os livros eram auxílios à memória e ao conhecimento, mas os verdadeiros eruditos não deveriam precisar deles. Poucos anos depois, seus discípulos Platão e Xenofonte lembravam em um livro essa opinião depreciativa sobre livros, *e a memória deles de sua memória foi assim preservada para nós, seus futuros leitores*. (MANGUEL, 2002, p.78)

Se os antigos tinham acesso apenas ao contar de história de seus contemporâneos, em uma relação direta cujo transmissor é a voz, seria a sua apreensão das histórias diferente daquela que temos hoje, quando lemos uma história registrada em letras escritas sobre um papel? A atenção que se requer para *ouvir* uma história é diferente da atenção para se *ler* uma história. Cada atividade ativa no homem sentidos diferentes e cada uma demanda também um tipo de interação específica, adequada à situação de transmissão.

Para se ouvir uma história, nos basta a audição. Não é necessário que enxerguemos nosso locutor, portanto a visão é um sentido que não faz parte desse processo interativo, assim como também não precisamos do tato nem de condições de luz ou de muito espaço. A tradição oral requeria dos antigos apenas o emprego de sua capacidade de concentração e memória.

Para ler uma história, desenvolvemos uma interação muito mais complexa. Enquanto que no processo oral a transmissão do texto é feita diretamente por outro ser humano, na leitura não entramos em contato direto com o outro. Apenas entramos em contato com o outro quando tentamos decodificar o que acreditamos que ele nos quer transmitir através da escrita. Para tanto, é necessário a fixação deste código em algum objeto ou meio. A transmissão do conhecimento passa então a ser intermediada por uma mídia e sua apreensão depende do domínio e fluência de ambos os participantes da comunicação – transmissor e receptor – com respeito a esta mídia. Neste processo ampliamos todas as possibilidades comunicativas da informação da tradição oral,

o que demanda o constante e simultâneo uso de vários sentidos. Neste processo, a audição perde importância a favor da visão, que se torna o sentido primordial. Da mesma forma, o tato adquire uma importância maior em relação à experiência anterior, o que, de certa forma, confere ao processo da leitura uma característica até então inexistente, que é a materialização do conhecimento através da documentação da memória. O que antes era retido pela mente e organizado de maneira abstrata pelo cérebro ganha forma e cores quando transposto do campo das idéias para o campo das letras.

A escrita surge, assim, não só como forma de registro do conhecimento mas também como elemento mediador na transmissão de informação entre os seres humanos. Este caráter de permanência faz da escrita um formalizador da memória, assim como um instrumento democrático e de fácil propagação.

3.2 TRANSFORMAÇÕES DA FORMA

Neste sentido, os leitores, ao longo dos séculos, adaptaram-se a intensas transformações no processo de transmissão de conhecimento, sendo a passagem da tradição oral para a tradição escrita apenas uma delas. O surgimento da escrita criou uma demanda nova, do suporte da palavra. Se ainda a memória assumia uma função fundamental neste processo, em seguida foram os suportes materiais que ocuparam um espaço indispensável no processo de comunicação.

As primeiras incursões de que se tem notícia neste campo estão na Mesopotâmia. Eram produzidas diversas tabuletas em blocos de argila ou pedra, com cerca de 7.5 centímetros de largura, ou seja, adequados ao tamanho da mão, que então deveriam ser lidas na sequência, como hoje folheamos as páginas encadernadas de um livro. A diferença é que, dada a impossibilidade física de unir objetos tão pesados e não-maleáveis, as tabuletas eram armazenadas provavelmente em bolsas de couro ou caixas. (MANGUEL, 2002, p.149) Em um esforço de imaginação, podemos visualizar o trabalho que requeria naquele tempo o ato da leitura, em função das restrições impostas pela necessidade de movimentação manual e as interferências que este

processo provocava na experiência de apreensão do texto. Seria a leitura uma atividade ainda mais silenciosa e particular por conta das circunstâncias de manuseio do objeto que transmite o texto? O que é certo é que tamanha inadequação de armazenamento e complexidade de produção faziam destes suportes instrumentos de difícil acesso e não permitiam a propagação dos meios de leitura em maior escala. A leitura era então uma atividade restrita a poucas pessoas e por isso mesmo, durante séculos os livros tiveram uma aura sagrada, o que muitas vezes foi utilizado para a dominação das camadas populares pelas classes mais abastadas.

Outros livros de épocas anteriores não eram feitos para serem segurados com as mãos e eram escritos em superfícies maiores, com até seis metros de altura, como relatado sobre um Código de Leis da Mesopotâmia, do século XII a.C. A experiência de leitura das leis pelo homem, neste caso, está intimamente ligada à experiência física do indivíduo de estar diante de um objeto de mais de três vezes o seu tamanho – a percepção do objeto não pode ser dissociada, então, da percepção que será obtida do conteúdo do mesmo. A atenção do leitor oscila entre o que lê e o que sente ao ler. À forma de seis metros é atribuída a função de ampliar a apreensão do conteúdo e à construção simbólica do significado, baseado no desejo de imprimir nos olhos do leitor a sensação de autoridade das leis e sua posição hierarquicamente superior. (MANGUEL, 2002, p.150)

Ainda na antigüidade, surge o sucessor das tabuletas e primeiro suporte a empregar material maleável e de mais fácil manipulação, o *khartés*, chamado de *volumen* pelos romanos. O *khartés* é o primeiro precursor do livro e era formado por um cilindro que envolvia o papiro. O texto, escrito em colunas, permanecia fechado em rolos que eram desdobrados à medida que se lia. A título de curiosidade, é fascinante perceber que é daí a origem da palavra livro. O papiro (*Cyperus Papyrus*) é uma planta aquática semelhante a um capim de talos longos e hastes finas e muito comum no delta do Nilo. O papiro usado para a escrita nada mais é do que uma parte da planta que é liberada, ou livrada (do latim *libere*, que significa livre, em liberdade). É daí a origem da palavra *liber libri*, que, em latim, quer dizer livro.

O aparecimento do livro na forma como hoje o conhecemos, data, aproximadamente, do século II a.C., cerca de cem anos após o surgimento dos primeiros pergaminhos, que chegam

para substituir os papiros, devido à sua maior resistência e durabilidade. Para chegar a esta forma, foram necessários séculos de aprimoramento com base no aprendizado do que melhor funcionava para a transmissão do conteúdo, isto é, do texto. A relação do homem com seu suporte de leitura evolui à medida da evolução do próprio suporte – trata-se de uma relação de aprendizado em que ambos os lados adaptam-se e modificam-se reciprocamente. Mas não foi só o suporte direto da escrita que passou por transformações. A própria forma de agrupar e armazenar também evoluiu, sendo o *khartés* substituído pelo códex e é neste momento que a história do livro como objeto se torna mais perceptível. Ao invés de armazenar textos em rolos, os gregos descobrem a funcionalidade de distribuir os pergaminhos em folhas soltas, costuradas e encadernadas em sequência.

Uma das conseqüências desta leitura dos rolos de papiro no *khartés* era a necessidade de alternância de atenção entre o ato de ler e o gesto de desenrolar os rolos; ao homem de hoje, leitor de manuscritos portáteis e encadernados em brochuras sobra movimentação. O livro pode ser carregado para qualquer lugar e não está mais restrito ao ambiente das bibliotecas ou às salas de leitura dos mosteiros. Não só a atividade do leitor, mas também a do autor é afetada pelos diferentes tipos de suporte desenvolvidos ao longo dos séculos. Para Roger Chartier, a forma do livro interferia diretamente no processo da escrita dos homens medievais, visto que era impossível desenrolar as faixas de papiro e escrever sobre elas ao mesmo tempo. Assim, o autor daquele tempo valia-se do trabalho dos escribas para quem ditava seus textos, conferindo à voz uma importância inexistente para os autores atuais, que escrevem diretamente no computador, com possibilidades de editar e ler simultaneamente ao ato da escrita. (CHARTIER, 1998, p.24). Chartier afirma ainda que "a forma do objeto escrito dirige sempre o sentido que os leitores podem dar àquilo que lêem" (CHARTIER, 1998, p.128).

Assim, retirando a aura sagrada do objeto e facilitando o seu acesso, este tipo de livro e o seu manuseio se aproxima, de certo modo, das nossas formas atuais de lidar com ele – podemos levá-lo para ler na praia, na rede da varanda ou no metrô ou ônibus, no trajeto de volta do trabalho. Certamente nossa experiência de leitura de um mesmo texto se modifica de acordo com a sua leitura na praia, no ônibus ou, ainda, na tela do computador ou em tabuletas de argila. A

apreensão do texto e a decorrente construção de sentido do mesmo está, assim, sujeito às variantes externas, tanto circunstanciais e geográficas, como de forma de transmissão.

Alberto Manguel analisa este processo de desenvolvimento da forma do livro, relembrando que tal processo se baseou, sempre, em noções de conforto e objetivos de utilização, ou seja, na concepção física que permite uma melhor experimentação e apreensão do conteúdo específico de determinado livro. (MANGUEL, 2002, p.149) Por outro lado, a evolução e o aprimoramento da forma foram muitas vezes também responsáveis pela evolução e adaptação do conteúdo e das possibilidades de organização do texto literário, como por exemplo no caso das divisões por capítulos e volumes:

A própria organização dos textos, antes divididos conforme a capacidade de um rolo (no caso da *Ilíada* de Homero, por exemplo, é provável que a divisão do poema em 24 livros tenha resultado do fato de que ele normalmente ocupava 24 rolos), mudou. O texto agora podia ser organizado segundo seu conteúdo, em livros ou capítulos, ou tornar-se ele mesmo um componente, quando várias obras menores eram convenientemente reunidas em um volume único de fácil manejo. (MANGUEL, 2002, p. 151)

A partir de sua invenção e pelos séculos seguintes até os dias de hoje, o códex seguiu, com aperfeiçoamentos estruturais e de encadernação, como o suporte de leitura mais adequado para reprodução da escrita. Mas ainda foram necessários muitos séculos para que se encontrasse a melhor maneira de fixar sobre o papel as palavras. A prática de manufatura manual dos livros não colaborava para sua disseminação, mantendo este objeto a uma respeitosa distância do público leitor comum.

Podemos dizer, então, que a evolução da forma do livro para suportes mais confortáveis como o códex e, mais tarde, com a adoção do papel e o surgimento dos métodos de impressão, produzindo as brochuras e encadernações que conhecemos representa uma articulação nova entre produção, transmissão e recepção que, acompanhando as mudanças sociais, evoluiu para permitir ao escritor desenvolver sua obra de maneira mais fluida, sem as limitações impostas pelos suportes de leitura usados anteriormente. A diversidade de formatos, cores e materiais empregados nos livros atuais é prova disso. O livro, em sua materialidade, não é mais apenas um

suporte para o texto literário, mas antes um participante ativo, e muitas vezes interativo, na experiência completa do processo de comunicação e leitura.